

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence

CNPJ nº 61.699.567/0012-45

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no

encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

naoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.

São Paulo, 28.02.2017.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.
Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
ATIVO		
Ativo Circulante	145.744.335,59	113.989.179,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	430.935,13	965.596,48
Bancos conta movimento (nota 3.1)	60.805,41	55.257,62
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	370.129,72	910.338,86
Contas a Receber	142.159.130,60	110.327.463,86
Valores a Receber – Prefeitura Municipal São José Campos (nota 3.3.1)	107.774.676,57	78.965.019,77
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.2)	13.533.343,08	13.533.343,08
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.3)	20.851.110,95	17.829.101,01
Outros Créditos	1.383.400,04	952.856,19
Antecipações salariais (nota 3.4.1)	21.417,79	18.625,52
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	538.698,63	337.937,54
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3)	432.824,91	21.896,10
Depósito judicial (nota 3.4.4)	362.305,14	256.810,94
Adiantamentos (nota 3.4.5)	28.153,57	317.586,09
Despesas Pagas Antecipadamente	8.647,99	10.350,44
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	8.647,99	10.350,44
Estoques	1.762.221,83	1.732.912,51
Estoque Materiais Medicamentos Nutrição (nota 3.6)	1.762.221,83	1.732.912,51
Ativo Não Circulante	6.303.479,11	5.239.816,34
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	6.303.479,11	5.239.816,34
-Bens Móveis (nota 3.7.1)	17.979.815,08	15.727.436,79
Ajuste vida útil - bens terceiros - Hospital José de Carvalho Florence	(11.676.335,97)	(10.487.620,45)
Total do Ativo	152.047.814,70	119.228.995,82

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016 e 2015

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Contábeis: Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, é um hospital geral, cirúrgico, com ênfase os atendimentos de urgência e emergência, de alta complexidade e é referência para a região do Vale do Paraíba - DIR XVII. O Hospital também é utilizado como um grande campo de ensino. Possui serviço de residência médica própria, contando com especialidades cirurgia geral, clínica médica, medicina intensiva adulto e pediátrico, neonatologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia, neurocirurgia, neurologia, anestesiologia e ortopedia, além de disponibilizar estágio para diversos cursos de graduação, incluindo o internato de cursos de Medicina (alunos do 5º e 6º ano) e estágios para os alunos dos cursos de Enfermagem e Fisioterapia. As mudanças implementadas na gestão do Hospital foram profundas, principalmente na cultura da instituição, procurando demonstrar que é possível fazer saúde pública com qualidade. As melhorias nas áreas Administrativa, de Enfermagem e na Assistência Médica, contribuíram e contribuem para uma maior qualidade no ensino de graduação e pós-graduação. O seu quadro funcional é enxuto e suficiente para atendimento dos 362 leitos, (78 leitos de Unidade de Terapia Intensiva). Em média são realizadas 1.600 internações mensais, 23.000 atendimentos no pronto socorro, 7.000 atendimentos ambulatoriais e cerca de 900 cirurgias. Em 2015 foi marcado pela importante resistência do Hospital a crise financeira do país, conseguindo, mesmo com restrição orçamentária e uma inflação crescente manter a mesma produção assistencial e qualidade dos anos anteriores. A Instituição cumpriu as metas estabelecidas com o poder público seja de ordem numérica quanto quantitativa. A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina assumiu a administração do Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence em 25/07/2006, por meio do Contrato de Gestão nº 15.526/2006 com a Secretaria Municipal de Saúde de São José dos Campos, cujo o objeto é Operacionalização e Gestão das atividades e serviços de Saúde. Para alcance de sua finalidade, foi definido um plano de trabalho a ser levado a cabo pela contratada, com metas a serem atingidas, a previsão expressa dos critérios e objetivos de avaliação de desempenho e seus indicadores de verificação e os cronogramas e orçamentos pertinentes. A Vigência do contrato se deu pelo período de 05 (cinco anos) compreendidos entre Julho/2006 a Julho/2011. Em 25/07/2011 houve a renovação do contrato de gestão que passou a ser reconhecido pelo nº 24.900/2011, o valor Global Anual conforme contrato foi de R\$ 104.900.000,00 cuja vigência é de 12 (Doze Meses), passíveis de prorrogação, nos termos das leis vigentes, pelo prazo máximo de 05 (Cinco Anos), compreendidos entre Julho/2011 a Julho/2016. Em 25/07/2014 houve o termo anual de prorrogação do contrato 24.900/2011 compreendido entre os períodos de Julho/2014 a Julho/2015, o valor Global Anual conforme contrato foi de R\$ 137.260.000,00. Em 25/07/2015 houve o termo anual de prorrogação do contrato 24.900/2011 compreendido entre os períodos de Julho/2015 a Julho/2016, o valor Global Anual conforme contrato foi de R\$ 143.531.600,00. Em Julho/2016 foi assinado o Termo Aditamento nº 14 do contrato gestão nº 24.900/2011 pelo período de 01 (hum) ano compreendido entre Julho/2016 a Agosto/2017, e seu valor global corresponde a R\$ 159.387.117,60, sendo o objeto a continuidade da operacionalização e gestão das atividades e serviços de saúde. Em 2016 voltado a valorização, proteção e cuidado da mulher, a SMS implantou o ambulatório da mulher, para agilizar o diagnóstico de câncer de colo uterino e de mama, o atendimento de pre-natal de alto risco e atenção multidisciplinar e qualificada as mulheres vítimas de violência. Esse ambulatório de atenção secundária proporciona uma melhor qualidade de vida e consequentemente reduz a morbimortalidade da população feminina no município. 1.- **Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. 2.- **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - **Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19/12/2013 pela RFB, algumas alterações foram

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
PASSIVO		
Passivo Circulante	144.885.427,82	113.335.303,03
Fornecedores (notas 3.8)	5.241.319,28	3.872.430,91
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (notas 3.9)	8.283.881,99	4.090.076,21
Salários a pagar (notas 3.10)	4.547.992,32	4.304.209,64
Contribuições a recolher (notas 3.11)	1.629.792,31	1.310.954,12
Provisão de férias (notas 3.12)	9.529.717,97	8.413.889,41
Provisão de FGTS sobre férias (notas 3.12)	762.265,97	673.111,15
Estimativa de Rescisão Contratual (notas 3.13)	20.851.110,95	17.829.101,01
Impostos a recolher (notas 3.14)	1.326.385,46	1.185.047,25
Obrigações Tributárias (notas 3.15)	186.776,30	160.057,44
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (notas 3.16)	189.062,09	83.254,63
Acordo Trabalhista a Pagar (notas 3.17)	5.707,16	15.672,10
Convênios Públicos a Realizar (notas 3.18)	91.398.366,97	68.756.638,32
Outras Contas a Pagar (notas 3.19)	925.183,62	2.593.432,68
Materiais de Terceiros em nosso poder (notas 3.20)	7.865,43	47.428,16
Passivo Não Circulante	7.162.386,88	5.893.692,79
Provisão de Despesa Processos Cíveis (nota 4.1)	627.327,00	551.877,00
Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 4.2)	231.580,77	101.999,45
Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 4.3)	17.979.815,08	15.727.436,79
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros	(11.676.335,97)	(10.487.620,45)
Patrimônio Líquido	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	152.047.814,70	119.228.995,82

introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. 2.2. - **Nome Empresarial da Unidade, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada:** SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, Rua Saigiro Nakamura, 800 - Vila Industrial - São José dos Campos/SP - CEP 12.220-280 - CNPJ nº 61.699.567/00012-45. 3 - **Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. 3.1. - **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determinação da Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Descrição	Saldo em 31.12.2016
Caixa e Saldos em Bancos	60.805,41
Aplicação Financeira de Curto Prazo	370.129,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	430.935,13

3.2. - **Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Descrição	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2015
Caixa e Saldos em Bancos	60.805,41	965.596,48
Aplicação Financeira de Curto Prazo	370.129,72	910.338,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	430.935,13	965.596,48

3.3. - **Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (R1) (que aprova a NBC TG 07) e conforme resolução 1.409/12 (R1) (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1 - **Valores a Receber - Curto Prazo:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 24900/2011, proveniente da Prefeitura de São José dos Campos, esse valores serão recebidos conforme contrato até Dezembro/2016.

Valores a Receber	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2015
Valores a Receber - PMSJC	107.774.676,57	78.965.019,77
Total	107.774.676,57	78.965.019,77

3.3.2 - **Valores em negociação:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (R1) (ITG 2002) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Entidade sobre a Forma. 3.3.3 - **Estimativas de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10 R1, rea-

Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Receitas		
Receitas Operacionais com Restrições - Receita Bruta com Prestações de Serviços com Restrições		
Prestações Operacionais com Restrições - Prefeitura Municipal de São José dos Campos (nota 5.1)	162.393.026,15	151.948.062,43
Outras Receitas (nota 5.2)	0,00	51.000,00
Finanças	116.147,88	224.260,72
Desconto Recebidos	4.329,74	0,00
Doações Recebidas (nota 5.3)	64.185,03	3.697,88
Isonção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 5.5.1)	21.589.967,38	20.587.881,48
Isonção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	2.079.787,21	2.076.915,25
Isonção usufruída - COFINS (nota 5.5.3)	4.871.790,78	4.558.441,88
Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	104.181,02	9.527,45
(=) Receita Líquida com Restrições	191.223.415,19	179.459.787,09
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (nota 5.4)	151.288.496,93	116.016.841,40
(-) Serviços - Pessoal Próprio	73.839.466,69	71.157.449,78
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	26.072.634,09	23.518.249,61
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	10.398.935,99	0,00
(-) Manutenção e Conservação	1.791.416,28	1.216.803,47
(-) Mercadorias	21.270.222,48	20.124.095,18
(-) Financeiras	0,00	80,25
(-) Tributos	0,00	163,11
(-) Isonção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 5.5.1)	15.739.513,31	0,00
(-) Isonção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	2.079.787,21	0,00
(-) Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	96.520,80	0,00
(=) Superávit ou Déficit Bruto com Restrições	39.934.918,34	63.442.945,69
(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 5.4)	39.934.918,34	63.442.945,69
(-) Serviços - Pessoal Próprio	19.954.899,69	17.247.476,09
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	10.384.576,49
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	6.878.744,63	4.317.554,00
(-) Manutenção e Conservação	438.747,69	3.036.373,82
(-) Mercadorias	732.713,32	1.118.285,91
(-) Financeiras	190.559,41	96.843,16
(-) Tributos	3.800,98	9.070,16
(-) Outras Despesas	1.005.547,55	0,00
(-) Isonção usufruída - INSS		
Serviços Próprios (nota 5.5.1)	5.850.454,07	20.587.881,48
(-) Isonção usufruída - INSS		
Serviços Terceiros (nota 5.5.2)	0,00	2.076.915,25
(-) Isonção usufruída - COFINS (nota 5.5.3)	4.871.790,78	4.558.441,88
(-) Trabalhos Voluntários (nota 5.5.4)	7.660,22	9.527,45
(=) Superávit do Exercício com Restrições (nota 5.6)	0,00	0,00

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(32.260.508,14)	171.684.045,15
(Aumento) Redução em estoques	(68.872,05)	127.054,36
Aumento (Redução) em fornecedores	3.767.622,66	1.039.585,69
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	28.027.096,18	(171.872.493,53)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	1.063.662,77	(302.054,84)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	529.001,42	676.136,83
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Adição de Bens de Terceiros	(1.063.662,77)	302.054,84
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(1.063.662,77)	302.054,84
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	2.209.947,93
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	(2.809.947,93)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	(600.000,00)
Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	(534.661,35)	378.191,67
No início do período	965.596,48	587.404,81
No final do período	430.935,13	965.596,48

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2016	2015
1 - RECEITAS	191.102.937,57	179.235.526,37
1.1) Prestação de serviços	162.497.207,17	151.948.062,43
1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	64.185,03	54.697,88
1.3) Isonção usufruída sobre contribuições	28.541.545,37	27.232.766,06
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	61.889.435,8	

continuação conhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assis-tências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

Convênios	R\$
Contrato de Gestão 24.900/2011	156.225.098,00
6 - Das Disposições da LEI 12.101 e Portaria 834/2016 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, a unidade apresentou os seguintes dados de produção:	

Produção - 2016	
Linha de Atendimento	SUS
Internações	
Saída Hospitalar	19.191
Nº de paciente dia	107.022
Nº de Cirurgias	7.485
nº de Partos	3.486
Diárias de UTI - Total	38.346
Internação/Atendimento Domiciliar	N/A

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
Data, Horário e Local: Aos 18.04.2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados.
Presenças: Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas: Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11.11.2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela ela-

Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Produção - 2016						
Linha de Atendimento	SUS					
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	242.225					
Atendimento Ambulatorial - Total						
Consulta médica	84.056					
Atendimento não médico	19.126					
HD/Cirurgia ambulatorial	379					
SADT - Total	834.712					
7 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão: A unidade SPDM - Hospital Municipal José Carvalho Florence, apresentou o seguinte relatório de execução em 2016:						
Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2015						
Linha de	1º		2º		Total	
	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	2016	2016
Contratação	Contra-	Realiz-	Contra-	Realiz-	Contra-	Realiz-
Atendimento	tado	zado	tado	zado	tado	zado
Atendimento Hospitalar						
Total (SIH/SUS)						
Nº Total de AIH (SIH/SUS)	9.600	9.380	9.600	9.811	19.200	19.191
Atendimento de Urgência Total (PS)	115.512	141.642	115.512	100.583	231.024	242.225
Atendimento Ambulatorial/ Procedimentos Específicos						
Total (d/a)						
Consulta Médica em Atenção Especializada	30.318	41.668	35.883	42.388	66.201	84.056
Atendimentos Não Médicos	- 410.199	-	- 302.925	-	- 713.124	-
Consultas Não Médicas	- 8.979	-	- 10.147	-	- 19.126	-
Vagas externas disponibilizadas de Consultas Médicas Especializadas	5.827	7.036	5.923	7.866	11.750	14.902
SADT [Ext-Int] - Total (d/a)						
Exames Complementares	159.600	404.061	162.225	430.651	321.825	834.712
Vagas externas disponibilizadas de Exames Complementares	8.547	9.095	11.478	14.343	20.025	23.438

Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbin (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de São José Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospi-

tação e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,

8 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12): Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compo do ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **9 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **10 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2016

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.
Dr. Carlos Alberto Maganha - Diretor Técnico
Jose Roberto da Mota - Contador CRC- 1SP 252.369/0-7

tal Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial VI Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRANGA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P.3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P.1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon- AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares .

bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 30.03.2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0; CNAI - SP - 1620.

Prologis Brasil Fincos 2 Participações Ltda.

CNPJ nº 15.372.490/0001-24

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (valores expressos em reais - R\$)		
	2016	2015
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	579.130	226.195
Impostos a recuperar	129.013	106.669
Total do ativo circulante	708.143	332.864
Não Circulante		
Investimento em controlada	514.200.877	392.425.083
Total do ativo não circulante	514.200.877	392.425.083
Total do Ativo	514.909.020	392.757.947
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (valores expressos em reais - R\$)		
	2016	2015
Receitas (Despesas) Operacionais	2016	2015
Administrativas e gerais	(775.001)	(339.467)
Resultado de equivalência patrimonial	16.126.418	5.816.563
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	2.493
	15.351.417	5.479.589
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	15.351.417	5.479.589
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	80.908	52.188
Despesas financeiras	(269)	(1.614)
	80.639	50.574
Lucro antes dos Impostos	15.432.056	5.530.163
Imposto de renda e contribuição social corrente	(601)	-
	(601)	-
Lucro Líquido do Exercício	15.431.455	5.530.163
Diretoria		
Hardy Alexander Milsch Correa - Representante Legal		

Passivo e Patrimônio Líquido			
	2016	2015	
Circulante			
Fornecedores	128.425	10.587	
Obrigações tributárias	2.992	1.212	
Total do passivo circulante	131.417	11.799	
Patrimônio Líquido			
Capital social	490.995.606	384.395.606	
Reserva de lucros	23.781.997	8.350.542	
Total do patrimônio líquido	514.777.603	392.746.148	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	514.909.020	392.757.947	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (valores expressos em reais - R\$)			
	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Total
Saldos em 31/12/2014	213.210.606	2.820.379	216.030.985
Aumento de capital	171.185.000	-	171.185.000
Resultado do exercício	-	5.530.163	5.530.163
Saldos em 31/12/2015	384.395.606	8.350.542	392.746.148
Aumento de capital	106.600.000	-	106.600.000
Resultado do exercício	-	15.431.455	15.431.455
Saldos em 31/12/2016	490.995.606	23.781.997	514.777.603
Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (Valores expressos em reais - R\$)			
	2016	2015	
Lucro Líquido do Exercício	15.431.455	5.530.163	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado Abrangente do Exercício	15.431.455	5.530.163	
Contador			
Antonio Carvalho Moraes Junior - CRC-SP 047683/O-8			

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 2015 (valores expressos em reais - R\$)		
	2016	2015
Fluxos Caixa de Atividades Operacionais	2016	2015
Lucro líquido do antes do IR e da CS	15.432.056	5.530.163
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Equivalência patrimonial	(16.126.418)	(5.816.563)
Provisões de fornecedores	117.960	-
Ganho na transferência de investimentos	-	(2.747)
	(576.403)	(289.147)
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais:		
Impostos a recuperar	(22.344)	(19.613)
Fornecedores	(122)	5.077
Imposto de renda e contribuição social pagos	(601)	(12.776)
Obrigações tributárias	1.780	844
	(21.287)	(26.468)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(597.689)	(315.615)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimentos	(110.002.876)	(174.645.000)
Recebimento de dividendos	4.353.500	3.789.750
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(105.649.376)	(170.855.250)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	106.600.000	171.185.000
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos	106.600.000	171.185.000
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes no Exercício	352.935	14.135
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	226.195	212.060
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	579.130	226.195
Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes no Exercício	352.935	14.135

"As demonstrações financeiras completas, inclusive relatório dos auditores independentes, sem ressalva, estão à disposição na sede da Empresa."